

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

ANATEL	
PVSTA - SICAP	
N.º	<u>200890060066</u>
DATA:	<u>18 / 04 / 08</u>
VISTO.:	<u>16</u>

**AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES
E INFORMÁTICA LTDA.**



12

ANEXO I

TERMO PVST / SPV N.º 88/2008 – ANATEL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA, DE INTERESSE COLETIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.

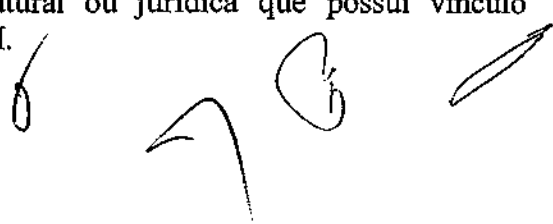
Pelo presente instrumento, de um lado a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, doravante denominada ANATEL, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, com CNPJ/MF nº 02.030.715/0001-12, ora representada, por delegação do Presidente, pelo seu Superintendente de Serviços Privados, JARBAS JOSÉ VALENTE, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, RG nº 4.346/D CREA/DF e CPF/MF nº 184.059.671-68, e de outro AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF nº 05.872.814/0001-30, ora representada por seus sócios, Dionísio Nunes Freire Júnior, brasileiro, solteiro, administrador, identidade nº 26.625.778 SSP/SP e CPF nº 287.770.498-02 e Domingos Alexandre Rigos Alves, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, identidade nº 21.380.022 SSP/SP e CPF nº 066.181.988-44, doravante denominada AUTORIZADA, celebram o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO, Ato nº 877/2008, Processo Anatel nº 53500.019506/2006, que será regido pelas seguintes regras e condições:

Capítulo I - Do Serviço Autorizado, da Área de Prestação e do Valor da Autorização

1.1. O presente Termo ratifica, nos termos do Ato supracitado, a autorização expedida à empresa AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., acima qualificada, para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade, doravante denominado SCM.

1.1.1. O SCM é o serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia utilizando quaisquer meios, a assinantes dentro de uma área de prestação de serviço.

1.1.1.1. Entende-se por assinante a pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a AUTORIZADA, para a fruição do SCM.



1.2. Este Termo não confere à AUTORIZADA nenhum direito ou prerrogativa de exclusividade, nem privilégio na exploração do SCM.

1.3. A Autorização objeto deste Termo, tem como área de prestação de serviço todo o território nacional e é expedida por prazo indeterminado.

1.4. O valor da Autorização para exploração do SCM é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Capítulo II – Da Legislação Aplicável

2.1. Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 9.472/97, e a regulamentação dela decorrente. A AUTORIZADA deverá observar as condições estabelecidas nas leis, regulamentos, normas e planos aplicáveis ao serviço, entre elas:

- a) Decreto nº 2.617, de 5 de junho de 1998;
- b) Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998;
- c) Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999;
- d) Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001;
- e) Súmula nº 006, de 24 de janeiro de 2002;
- f) Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2000;
- g) Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998;
- h) Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 155, de 16 de agosto de 1999;

2.1.1. Os demais instrumentos normativos aplicáveis aos serviços substituídos pelo SCM, permanecem em vigor até que sejam substituídos, nos termos do art. 214 da Lei Geral de Telecomunicações – LGT, naquilo que não conflitam com a Regulamentação do SCM.

Capítulo III - Dos Direitos e Condicionamentos da AUTORIZADA

3.1. A AUTORIZADA tem direito à livre exploração do serviço objeto deste Termo, prestado em regime privado e no interesse coletivo, devendo observar os direitos e condicionamentos estabelecidos nos Capítulos II e III do Título II do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações e na regulamentação específica do serviço.

3.2. É vedado à AUTORIZADA condicionar a oferta do SCM à aquisição de qualquer outro serviço ou facilidade, oferecido por seu intermédio ou de suas coligadas, controladas ou



controladoras, ou condicionar vantagens ao assinante à compra de outras aplicações ou de serviços adicionais ao SCM, ainda que por terceiros.

3.2.1. A AUTORIZADA poderá, a seu critério, conceder descontos, realizar promoções, reduções sazonais e reduções em períodos de baixa demanda, entre outras, desde que o faça de forma não discriminatória e segundo critérios objetivos.

3.3. A AUTORIZADA não pode impedir, por contrato ou por qualquer outro meio, que o assinante seja servido por outras redes ou serviços de telecomunicações.

3.4. É vedado à AUTORIZADA efetuar a transmissão, emissão e recepção de informações de qualquer natureza que possam configurar a prestação de Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), assim como fornecer sinais de vídeo e áudio, de forma irrestrita e simultânea para os assinantes, na forma e condições previstas na regulamentação daqueles serviços.

3.4.1. Na prestação do SCM é permitido o fornecimento do transporte de sinais de vídeo e áudio, de forma não permanente e por meio de contrato específico ou pelo pagamento por evento, como transmissão de TV Executiva, videoconferências, transporte de sinais de empresas produtoras ou distribuidoras de programação para prestadoras de Serviços de Radiodifusão ou de serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH e transmissão de programação entre estações de radiodifusão.

3.4.2. Na prestação do SCM não é admitido que o sinal transportado seja recebido direta e livremente pelo público em geral como o do Serviço de Radiodifusão, ou seja distribuído de forma simultânea para os assinantes, como o dos serviços de TV a Cabo, MMDS e DTH.

3.5. Na prestação do SCM não é permitida a oferta de serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC.

3.6. A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros de qualidade estabelecidos na regulamentação e no contrato celebrado com o assinante, pertinentes à prestação do serviço e à operação da rede.

3.7. A AUTORIZADA deverá prestar à Anatel, sempre que solicitado, informações técnico-operacionais ou econômicas, em particular as relativas ao número de assinantes e à área de cobertura e aos valores aferidos pela AUTORIZADA em relação aos parâmetros indicadores de qualidade, bem como franquear aos representantes da Anatel o acesso à suas instalações ou à documentação quando solicitado.

3.7.1. A Anatel dispensará tratamento confidencial, quando for o caso, às informações prestadas, nos termos do artigo 39, da Lei n.º 9.472, de 1997 e do artigo 64, do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto 2.338, de 1997.

3.8. Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao serviço objeto deste Termo, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas

100

apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

3.8.1. Na contratação em questão, aplicam-se os procedimentos do Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155 da Anatel, de 5 de agosto de 1999.

3.9. A AUTORIZADA compromete-se ao pagamento dos encargos decorrentes da exploração do SCM, dentre outros, as Taxas de Fiscalização de Instalação e de Funcionamento, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, nos termos da regulamentação.

3.10. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, a AUTORIZADA está obrigada ao cumprimento dos compromissos assumidos perante os seus usuários, em data anterior à assinatura deste Termo, observadas as condições dos contratos firmados e as obrigações estabelecidas neste Termo, prevalecendo, em caso de conflito, o que for favorável ao usuário.

3.10.1. A AUTORIZADA está obrigada, especialmente, à manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência.

Capítulo IV - Dos Direitos e Deveres dos Assinantes

4.1. O assinante do SCM tem direito, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

- I – de acesso ao serviço, mediante contratação junto a AUTORIZADA;
- II – ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- III – à informação adequada sobre condições de prestação do serviço, em suas várias aplicações, facilidades adicionais contratadas e respectivos preços;
- IV – à inviolabilidade e ao segredo de comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- V – ao conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente;
- VI – ao cancelamento ou interrupção do serviço prestado, a qualquer tempo e sem ônus adicional;
- VII – a não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de deveres constantes do artigo 4º da Lei nº 9.472, de 1997;
- VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão e cessação do serviço;
- IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;
- X – de resposta eficiente e pronta às suas reclamações, pela AUTORIZADA;
- XI – ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA, junto à Anatel ou aos organismos de defesa do consumidor;



XII – à reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;

XIII – à substituição do seu código de acesso, se for o caso, nos termos da regulamentação;

XIV – a não ser obrigado ou induzido a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a qualquer condição, salvo diante de questão de ordem técnica, para recebimento do serviço, nos termos da regulamentação;

XV – a ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação dos serviços, a partir da purgação da mora, ou de acordo celebrado com a AUTORIZADA, com a imediata exclusão de informação de inadimplência sobre ele anotada;

XVI – a ter bloqueado, temporária ou permanentemente, parcial ou totalmente, o acesso a comodidades ou utilidades solicitadas;

XVII – à continuidade do serviço pelo prazo contratual;

XVIII – ao recebimento de documento de cobrança com discriminação dos valores cobrados.

4.1.1 No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, o assinante tem direito, sem prejuízo dos demais já enumerados:

I – a manutenção do contrato de prestação do serviço substituído, pelo seu prazo de vigência;

II – a opção pelo encerramento do contrato de prestação do serviço substituído e contratação do novo serviço;

4.2. O assinante do SCM têm os seguintes deveres, dentre outros:

I – utilizar adequadamente o serviço, os equipamentos e as redes de telecomunicações;

II – preservar os bens da AUTORIZADA e aqueles voltados à utilização do público em geral;

III – efetuar o pagamento referente à prestação do serviço, observadas as disposições estabelecidas no Regulamento do Serviço;

IV – providenciar local adequado e infra-estrutura necessários à correta instalação e funcionamento de equipamentos da AUTORIZADA, quando for o caso;

V – somente conectar à rede da AUTORIZADA, terminais que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel.

Capítulo V - Das Prerrogativas da ANATEL

5.1. A Anatel poderá impor condicionamentos à prestação do SCM, nos termos do art. 128 da LGT.

5.2. A Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA faça cessar imediatamente as transmissões de qualquer estação de telecomunicações que esteja causando interferência prejudicial nos serviços de telecomunicações regularmente instalados, até que seja erradicada a causa da interferência.

5.3. A Anatel poderá fazer realizar pesquisa de satisfação dos assinantes do serviço prestado pela AUTORIZADA, divulgando os resultados à sociedade.



Capítulo VI - Das Condições de Exploração do Serviço

6.1. A AUTORIZADA deverá iniciar a exploração comercial do serviço no prazo de dezoito meses, contado a partir da data de publicação do ato de autorização para a prestação do serviço no Diário Oficial da União - D.O. U.

6.1.1. O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

6.1.2. O prazo para início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, será contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência no D.O.U.

6.1.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA obedecerá as seguintes regras:

6.1.3.1. A AUTORIZADA que já tiver iniciado a exploração comercial do serviço não poderá interrompê-la em função da adaptação.

6.1.3.2. A AUTORIZADA que, quando da publicação do seu Ato de Adaptação, ainda não tiver iniciado a exploração comercial do serviço, deverá fazê-lo dentro do prazo previsto no Termo de Autorização do serviço que está sendo adaptado.

6.1.3.3. A adaptação será efetuada assegurando, se for o caso, o direito de uso de radiofrequência pelo prazo remanescente do antigo instrumento de autorização, mantida a possibilidade de prorrogação.

6.2. As condições para outorga de autorização e coordenação de uso de radiofrequências estão estabelecidas no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.

6.3. A AUTORIZADA deverá, num prazo máximo de cento e oitenta dias a partir do ato de autorização, entregar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, como condição para a emissão de autorização para instalação do sistema.

6.3.1. O Projeto de Instalação deverá ser compatível com o Projeto Básico anexo a este Termo de Autorização.

6.3.2. O resumo do Projeto de Instalação será apostado ao presente Termo de Autorização, entendido como um complemento ao Projeto Básico.

6.3.3. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia a AUTORIZADA deverá, em um prazo máximo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação do Ato de Adaptação, apresentar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, na forma prevista no Anexo III do Regulamento do SCM.

6.4. A AUTORIZADA nesta qualidade não terá direito adquirido à manutenção das condições existentes na data de assinatura deste Termo, devendo inclusive observar os novos



condicionamentos que venham a ser impostos por lei ou pelos regulamentos a serem editados pela Anatel, nos prazos estabelecidos na regulamentação.

6.5. Cabe à AUTORIZADA quando da instalação de estação:

I - observar as posturas municipais e outras exigências legais pertinentes, quanto a edificações, torres e antenas, bem como a instalação de linhas físicas em logradouros públicos;

II - assegurar que a instalação de suas estações esteja em conformidade com a regulamentação pertinente;

III - obter a consignação da radiofrequência necessária, caso não utilize apenas meios confinados ou meios de terceiros.

6.6. A AUTORIZADA é responsável, perante o assinante e a Anatel, pela exploração e execução do serviço.

6.6.1. A AUTORIZADA será integralmente responsável pela exploração e execução do serviço perante o assinante, inclusive quanto ao correto funcionamento da rede de suporte ao serviço, mesmo que esta seja de propriedade de terceiros, sendo-lhe garantido, neste caso, direito de regresso.

6.6.2. A responsabilidade da AUTORIZADA perante a Agência compreenderá igualmente o correto funcionamento da rede de suporte à prestação do serviço, inclusive nos casos em que esta seja de propriedade de terceiros.

6.7. É assegurado aos interessados o uso das redes de suporte do SCM para provimento de serviços de valor adicionado (SVA), de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.7.1. A Anatel deverá estabelecer regras que assegurem a utilização das redes de SCM para suporte ao provimento de SVA, dispondo também sobre o relacionamento entre provedores destes serviços e prestadoras do SCM, conforme previsto no § 2º do art. 61, da Lei nº 9.472, de 1997.

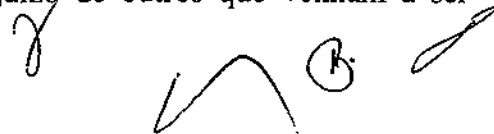
6.8. A AUTORIZADA tem direito ao uso de redes ou de elementos de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.8.1. A AUTORIZADA deve possibilitar o uso de suas redes ou de elementos dessas redes a outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

6.9. A remuneração pelo uso de redes deve ser livremente pactuada entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

6.10. Na prestação do SCM é vedada a utilização de equipamentos sem certificação expedida ou aceita pela Agência, quando esta for exigida pela regulamentação.

6.11. São parâmetros de qualidade para o SCM, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos pela Anatel:



178

- I – o fornecimento do transporte de sinais respeitando as características estabelecidas na regulamentação;
- II – a disponibilidade do serviço nos índices contratados;
- III – a emissão de sinais eletromagnéticos nos níveis estabelecidos em regulamentação;
- IV – a divulgação de informações aos seus assinantes, de forma inequívoca, ampla e com antecedência razoável, quanto a alterações de preços e condições de fruição do serviço;
- V – a rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos assinantes;
- VI – o número de reclamações contra a AUTORIZADA;
- VII – o fornecimento das informações necessárias à obtenção dos indicadores de qualidade do serviço, de planta, bem como os econômico-financeiros, de forma a possibilitar a avaliação da qualidade na prestação do serviço.

6.12. Devem constar do contrato de prestação do serviço com o assinante:

- I - os direitos e deveres da AUTORIZADA;
- II - os direitos e deveres dos assinantes;
- III - o número do Centro de Atendimento ao Assinante, bem como o endereço eletrônico da AUTORIZADA na Internet, onde o usuário possa encontrar informações sobre o serviço, inclusive especificações para conexão de terminais de telecomunicações a redes de suporte;
- IV – o endereço da Anatel, bem como o endereço eletrônico de sua biblioteca, onde as pessoas poderão encontrar cópia integral do regulamento do serviço;
- V – o telefone da Central de Atendimento da Anatel;
- VI - os parâmetros de qualidade do serviço, dispostos no item 6.11 deste Termo de Autorização.

6.13. A AUTORIZADA deve manter um centro de atendimento telefônico para seus assinantes, com discagem direta gratuita durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana.

6.14. Em caso de interrupção ou degradação da qualidade do serviço, a AUTORIZADA deve descontar da assinatura o valor proporcional ao número de horas ou fração superior a trinta minutos.

6.14.1. A necessidade de interrupção ou degradação do serviço por motivo de manutenção, ampliação da rede ou similares deverá ser amplamente comunicada aos assinantes que serão afetados, com antecedência mínima de uma semana, devendo os mesmos terem um desconto na assinatura à razão de 1/30 (um trinta avos) por dia ou fração superior a quatro horas.

6.14.2. A interrupção ou degradação do serviço por mais de três dias consecutivos e que atinja mais de dez por cento dos assinantes deverá ser comunicada à Anatel com uma exposição dos motivos que a provocaram e as ações desenvolvidas para a normalização do serviço e para a prevenção de novas interrupções.

6.14.3. A AUTORIZADA não será obrigada a efetuar o desconto se a interrupção ou degradação do serviço ocorrer por motivos de caso fortuito ou de força maior, cabendo-lhe o ônus da prova.

Capítulo VII – Das Disposições sobre Interconexão

7.1. É obrigatória, quando solicitada, a interconexão entre as redes de suporte do SCM e entre estas e as redes de outros serviços de telecomunicações de interesse coletivo, observado o disposto na Lei nº 9.472, de 1997 e no Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução nº 40, de 23 de julho de 1998.

Capítulo VIII – Da Vinculação às Normas Gerais de Proteção à Ordem Econômica

8.1. A AUTORIZADA compromete-se a prestar o serviço ora autorizado em estrita conformidade com as normas que coíbam o abuso do poder econômico sem prejudicar a livre concorrência, não aumentando arbitrariamente os lucros ou exercendo abusivamente posição dominante no mercado.

8.1.1. Diante de situação concreta ou de reclamação fundamentada sobre abuso de preço, imposição de condições contratuais abusivas, tratamento discriminatório ou práticas tendentes a eliminar deslealmente a competição, a Anatel poderá, após análise, assegurado o direito à prévia e ampla defesa à AUTORIZADA, determinar a implementação das medidas cabíveis, sem prejuízo de o reclamante representar o caso perante outros órgãos governamentais competentes.

Capítulo IX – Das Formas de Contraprestação pelo Serviço Prestado

9.1. A AUTORIZADA deverá estabelecer os preços relativos à prestação do SCM de forma justa e não discriminatória, competindo à Anatel a repressão às práticas comerciais abusivas e ao abuso do poder econômico.

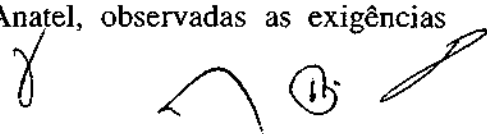
9.2. A AUTORIZADA deve, nos termos do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiros, tornando disponíveis, mediante remuneração, os meios necessários à adequada comunicação destas autoridades.

9.3. É dever da AUTORIZADA assegurar o acesso gratuito dos seus assinantes aos serviços de emergência, na forma da regulamentação.

9.4. É dever da AUTORIZADA colocar a disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vista a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas, na forma da regulamentação.

Capítulo X - Da Transferência

10.1. A transferência da autorização para exploração de SCM e da autorização para uso de radiofrequência a ele associada exige prévia anuência da Anatel, observadas as exigências regulamentares.



10.2. A transferência da autorização somente poderá ser efetuada após três anos contados do início efetivo da operação comercial do serviço.

10.2.1. No caso de adaptação, nos termos do art. 68 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, será computado, para efeito do disposto no item 10.2, o tempo de operação anterior a essa adaptação.

10.3. Para transferência da autorização do SCM, a interessada deve:

I – atender às exigências compatíveis com o serviço a ser prestado, em relação à qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, habilitação jurídica e regularidade fiscal, apresentando a documentação enumerada no Anexo I do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia;

II – apresentar declaração firmada por seu representante legal, comprometendo-se a cumprir todas as cláusulas do termo de autorização em vigor, sub-rogando-se nos direitos e obrigações da primitiva autorizada.

10.4. A transferência da autorização entre empresas controlada e controladora entre si e nos casos decorrentes de cisão, será efetivada pela Anatel a qualquer momento, mediante solicitação das partes interessadas e com observância do disposto na cláusula 10.3.

10.5. A transferência da autorização para exploração do SCM estará sujeita a cobrança de preço público, pela Anatel.

10.6. A transferência do controle societário da AUTORIZADA está sujeita à posterior aprovação pela Anatel, visando a manutenção das condições de autorização ou de outras condições previstas na regulamentação, devendo a AUTORIZADA enviar à Agência, no prazo de até sessenta dias contados da data de registro no órgão competente, requerimento contendo sua composição societária anterior, a operação efetuada e o quadro resultante da operação, além da documentação prevista na regulamentação do SCM.

10.6.1. As alterações societárias ou de controle que necessitem de aprovação por parte da Anatel deverão incluir, no instrumento legal que as formalize, cláusula determinando que tal alteração está condicionada à aprovação da Agência.

10.7. A transferência da autorização ou do controle societário da AUTORIZADA não será admitida se prejudicar a competição ou colocar em risco a execução dos compromissos assumidos, observadas as normas gerais de proteção à ordem econômica e, especialmente, o artigo 7º da Lei n.º 9.472, de 1997.

10.8. A transformação do tipo societário e a modificação da denominação social da AUTORIZADA e de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser comunicadas à Agência, no prazo de vinte dias, após o registro do ato no órgão competente.

10.9. Os acordos de sócios, que regulam as transferências de quotas e ações, bem como o exercício do direito de voto, da AUTORIZADA e os de suas sócias diretas e indiretas, deverão ser encaminhados à Agência em até quinze dias, após o registro no órgão competente.

Capítulo XI – Das Disposições sobre Fiscalização

11.1. A AUTORIZADA fica sujeita à fiscalização da Anatel, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, devendo, quando lhe for exigido, prestar contas da gestão, permitindo o livre acesso aos seus recursos técnicos e registros contábeis.

11.2. A AUTORIZADA poderá indicar preposto para acompanhar os agentes da fiscalização nas suas visitas, inspeções e atividades.

Capítulo XII - Das Sanções

12.1. O descumprimento de disposições legais e regulamentares, bem como de condições ou de compromissos associados à autorização, sujeitará a AUTORIZADA às sanções previstas na regulamentação, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

12.2. Sem prejuízo de outras situações estabelecidas na regulamentação, consideram-se infrações graves:

I – não iniciar a exploração do serviço no prazo estabelecido no presente Termo;

II - o não pagamento das taxas ou encargos incidentes sobre o serviço;

III – ofertar serviço com as características do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), em especial o encaminhamento de tráfego telefônico por meio da rede de SCM simultaneamente originado e terminado nas redes do STFC;

IV – ofertar serviço com as características do Serviço de Radiodifusão ou de Serviço de TV a Cabo, Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH).

Capítulo XIII - Da Extinção da Autorização

13.1. Extinguir-se-á a Autorização, bem como o presente Termo de Autorização, mediante cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação conforme disposto na Lei nº 9.472, de 1997.

13.2. Quando houver perda das condições indispensáveis à expedição ou manutenção da autorização, a Agência poderá extingui-la mediante ato de cassação, assegurado ao interessado neste caso, durante o processo administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3. A declaração de extinção da Autorização não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA, de conformidade com o disposto na regulamentação e no presente Termo de Autorização.

Capítulo XIV - Da Vigência, Eficácia e Foro


14.1. O presente Termo terá vigência e eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

14.2. Para dirimir eventuais questões futuras relativas a este Termo de Autorização, deverão ser envidados esforços visando à obtenção de solução amigável, somente se devendo recorrer à solução judicial, em caso de insucesso dessa via, hipótese em que será, competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Cidade de Brasília, Distrito Federal.


E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente Termo, as partes o assinam em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

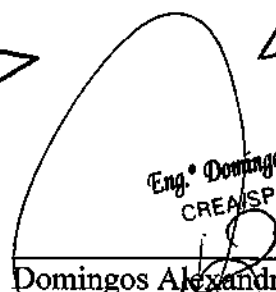
Brasília, Distrito Federal, 05 de março de 2008.

ANATEL

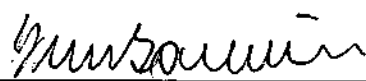

Jarbas José Valente
Superintendente de Serviços Privados
Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel


AUTORIZADA


Dionísio Nunes Freire Júnior
Sócio
Avvio Soluções em Telecomunicações e Informática Ltda.


Eng.º Domingos A. Rigos Alves
CREA/SP 5062064270
Domingos Alexandre Rigos Alves,
Sócio
Avvio Soluções em Telecomunicações e Informática Ltda.

TESTEMUNHAS:


Dirceu Baraviera
RG n.º 5.380.723-SSP/SP
CPF n.º 045.512.308-04


Marisa Pacheco Uno Ferreira
RG n.º 26.205.451-6
CPF n.º 185.478.808-60

14.º OFICIAL DE REG. CIVIL DAS P. NATURAIS DO 14.º SUB. LAPA - SÃO PAULO - SP
Praça Professor José Azevedo Antunes, 45/49 - Lapa - CEP: 05072-050 - Fone: (11) 3836-5050

Reconheço por semelhança as firmas de: DIONÍSIO NUNES FREIRE JÚNIOR e DOMINGOS ALEXANDRE RIGOS ALVES, em documento com valor econômico, datafé.
São Paulo, 01 de abril de 2008. Cód. (201113531) 334800357471
Em Teste da validade.

SERGIU ADRIANO ALVARO DA SILVA - Oficial Substituto Total 21 total R\$ 9,00
Selo(s): 2 Atos: 1022AA-0056744

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
14.º SUBDISTRITO - LAPA
Sergio Adriano Alvaro da Silva
Oficial Substituto
1022AA056744

PUBLICADO NO
DIÁRIO OFICIAL
23/04/2008
140
03

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO N.º 877, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que foram conferidas à Agência pelo art. 19 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n.º 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998, da Anatel, no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução n.º 272, de 9 de agosto de 2001, e, ainda, o que consta do processo n.º 53500.019506/2006;

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o parágrafo único do art. 10 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, não haverá limite ao número de autorizações para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, o que caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação, por configurar-se desnecessária;

CONSIDERANDO deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo n.º 1419, de 7 de novembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Expedir autorização à **AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.**, CNPJ nº 05.872.814/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Parágrafo único. O uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da Superintendência de Serviços Privados desta Agência.

Art. 2º Estabelecer que o preço devido pelo direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), de acordo com o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, alterada pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007, ambas da Anatel.

Parágrafo único. A quantia referida no *caput* deste artigo será recolhida na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à autorizada, sob pena de revogação automática deste Ato e a conseqüente extinção da presente autorização.

Art. 3º Estabelecer que os equipamentos que compõem as estações de telecomunicações do serviço devem ter certificação expedida ou aceita pela Anatel, segundo as normas vigentes.

Art. 4º Estabelecer que será formalizado Termo de Autorização para o serviço que será prestado, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Art. 5º Estabelecer que o prazo para o início da operação comercial do serviço não poderá ser superior a dezoito meses, contado a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União.

§ 1º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo doze meses, se as razões apresentadas para tanto forem julgadas relevantes pela Anatel.

§ 2º O prazo para início da operação comercial do serviço, quando este depender de sistema radioelétrico próprio, será contado a partir da data de publicação do ato de autorização de uso de radiofrequência no Diário Oficial da União.

Art. 6º A prestadora deverá encaminhar à Anatel um resumo do Projeto de Instalação, na forma prevista no Anexo III do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, como condição para a emissão de autorização para instalação do sistema, em um prazo máximo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial da União.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

211178	SERRANO DO MARANHÃO	12.229,62	0,00	0,00	0,00	0,00	12.229,62	0,00	0,00	0,00
211180	SÍTIO NOVO	314.236,36	0,00	0,00	43.786,93	0,00	358.023,29	0,00	0,00	0,00
211190	SUCUPIRA DO NORTE	165.744,11	0,00	0,00	54.455,88	0,00	220.199,99	0,00	0,00	0,00
211195	SUCUPIRA DO RIACHÃO	8.602,27	0,00	0,00	0,00	0,00	8.602,27	0,00	0,00	0,00
211200	TASSO FRAGOSO	108.849,25	0,00	0,00	21.185,98	0,00	130.035,23	0,00	0,00	0,00
211210	TIMBIRAS	569.450,59	0,00	0,00	95.499,72	0,00	664.950,31	0,00	0,00	0,00
211220	TIMON	4.475.958,60	0,00	1.158.000,00	3.167.262,63	0,00	0,00	0,00	0,00	8.801.221,23
211223	TRIZIDEIA DO VALE	314.768,52	0,00	0,00	56.284,03	0,00	371.052,55	0,00	0,00	0,00
211227	TUFILÂNDIA	10.888,46	0,00	0,00	0,00	0,00	10.888,46	0,00	0,00	0,00
211230	TUNTUM	1.156.207,83	1.720.793,87	858.000,00	3.355.836,51	0,00	0,00	0,00	0,00	7.090.838,21
211240	TURIACU	650.591,92	0,00	0,00	110.065,79	0,00	760.657,71	0,00	0,00	0,00
211245	TURILÂNDIA	39.407,30	0,00	0,00	0,00	0,00	39.407,30	0,00	0,00	0,00
211250	TUTÓIA	858.217,71	213.972,78	0,00	138.034,17	0,00	1.210.224,66	0,00	0,00	0,00
211260	URBANO SANTOS	323.147,82	0,00	0,00	68.153,00	0,00	391.300,82	0,00	0,00	0,00
Valores transferidos aos FMS		161.878.420,90	108.755.719,39	12.546.663,97	176.049.716,95	9.499.878,12	47.248.737,67	47.978.313,00	0,00	354.503.592,42

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO MARANHÃO - JAN/2008

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS PARA RETENÇÃO DOS RECURSOS PELO FNS E TRANSFERÊNCIA DIRETA ÀS UNIDADES PRESTADORAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS (valores anuais)							
Competência: 200801							UF: MA
Gestão	IBGE	Municípios	Nome da Unidade	Código CNES	Nº. do contrato	Data de Publicação do Extrato do Contrato	Valor ANUAL a ser retido no FNS e transferido diretamente a Unidade Prestadora
Gestão Municipal	211130	SÃO LUÍS	Hospital Universitário - HU-UFMA	2726653	2697	23/12/2004	47.978.313,00
TOTAL							47.978.313,00

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO MARANHÃO - JAN/2008

PPI ASSISTENCIAL - DETALHAMENTO DOS VALORES A SEREM DESCONTADOS DA PPI DOS MUNICÍPIOS EM FUNÇÃO DE TCEP ENTRE OS GESTORES ESTADUAL E MUNICIPAL (valores anuais)							
Competência: 200801							UF: MA
IBGE	Municípios	Nome da Unidade	Código CNES	Número do Termo	Data de Publicação do Extrato do TERMO	Fundo (FMS ou FES) que serão realizadas as transferências	Valor ANUAL a ser destinado ao Fundo de Saúde
210350	COLINAS	Hospital Regional Carlos Macieira	2726645	1	23/11/2004	FES	530.939,16
210530	IMPERATRIZ	Hospital Regional Materno Infantil	2452383	2	23/11/2004	FES	2.873.962,68
210540	ITAPECURU MIRIM	Hospital Regional Adélia Matos	2530236	3	23/11/2004	FES	1.399.732,56
211130	SÃO LUÍS	Hospital Infantil Juvêncio Matos	2456893	5	23/11/2004	FES	1.103.171,88
211130	SÃO LUÍS	Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho	2646536	4	23/11/2004	FES	2.230.465,32
211130	SÃO LUÍS	Maternidade Benedito Leite	2702886	6	23/11/2004	FES	1.361.606,52
TOTAL							9.499.878,12

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei n.º 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
48	53000.004869/04	Instituto Profissionalizar de Capacitação Profissional - IPCP	Marituba/PA
49	53000.001461/03	Associação Comunitária Bela Vista - ACBV	Santa Cruz do Capibaribe/PE
50	53000.022196/03	Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas	Santa Helena de Minas/MG
51	53100.000754/04	Fundação Mariana Moreira Alves	Triunfo/PB

HELIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA
GABINETE DO PRESIDENTE
CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 27 de julho de 2007

Processo nº 53500.009448/2005
Nº 837 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO instaurado contra a empresa UNIVERSAL TELECOM S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 03.197.023/0001-26, autorizada do Serviço de Comunicação Multimídia e detentora de outorga de autorização de uso de radiofrequência, conforme Ato nº 35.510, de 16 de abril de 2003, que tem por objetivo a verificação do descumprimento parcial da obrigação prevista no art. 7º do Ato supramencionado, e cláusulas 4.1, 4.2 e 4.3 do Termo nº 032/2003-Anatel, de 6 de maio de 2003, decidiu, em sua Reunião nº 443, realizada em 18 de julho de 2007: a) afastar a aplicação da sanção de caducidade da outorga de autorização de uso de radiofrequência detida pela UNIVERSAL TELECOM S/A por meio do Ato supracitado; b) determinar que a Superintendência de Serviços Privados - SPV solicite fiscalização para comprovação do atendimento nos municípios em que a UNIVERSAL TELECOM S/A afirma já ter iniciado a operação comercial, conforme comunicação da UNIVERSAL TELECOM S/A de 10 de julho de 2007; c) de-

terminar que a SPV aplique sanção adequada à entidade, por não ter atendido os municípios mencionados no referido Ato no prazo regular, considerando os princípios de razoabilidade e proporcionalidade e o resultado da fiscalização mencionada no item anterior; e d) determinar que a SPV estabeleça um novo prazo razoável para o atendimento dos municípios ainda não atendidos, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 283/2007/GCJL, de 11 de julho de 2007, e de conformidade com o Parecer nº 41-2007/PGF/DFHOG/PRC, de 10 de maio de 2007, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG

ATO Nº 877, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008

Processo n.º 53500.019506/2006.

Expede autorização à AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ nº 05.872.814/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 880, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2008

Processo n.º 53500.021326/2007.

Expede autorização à JARINET COMUNICAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 08.990.694/0001-63, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO
E ENGENHARIA DO ESPECTRO
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DO ESPECTRO

ATO Nº 1.178, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008

Alterar o Local da Estação 1 constante do Ato nº 1155, de 28 de fevereiro de 2008, que autoriza a EASYTONE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 04.760.795/0001-97, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, de Rodovia Presidente Dutra, Km 13, S/N, Parque Cecap - Guarulhos/SP- Coord.: Lat.23S281071 / Long.46W293906, para Av. Condessa Elisabeth de Robiano, n.º 900 - Chácara Belém I - São Paulo/SP- Coord.: Lat.23S315069 / Long.46W351643, mantendo-se as demais condições estabelecidas.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE
Em 3 de setembro de 2007

Processo nº 53572001239/2005 - aplica a Nova Colinas FM, entidade não outorgada, estabelecida na cidade de Nova Colinas, Estado do Maranhão, a sanção de MULTA no valor R\$ 1.752,93 (um mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), em infringência ao art. 163 da Lei n.º 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações.

JOÃO ALBERTO REIS LUZ
Gerente do Escritório

São Paulo, 13 de Setembro de 2016

A/C: Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações - ORLE Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL - Proc.: nº 53504.008659/2016-75

PROTOCOLO DE ENTREGA

Em atendimento a solicitação da Anatel processo nº 53504.008659/2016-75, conforme e-mail de 13/09/2016 09:51, estamos encaminhando copia autenticada da **"ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016"** da empresa **Avvio Soluções em Telecomunicações e Informática Ltda**, CNPJ. 05.872.814/0001-30.

Eng. Amador José Marçal

Vogel Telecom

CPF: 045.412.698-05

Recebido:.....Data:.....

JUCESP
13 05 16



JUCESP PROTOCOLO
0.406.866/16-8



AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF: 05.872.814/0001-30

NIRE: 35.300.467.132

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016**

Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de março de 2016, às 11:00 horas, na sede social da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Professor Vicente Rao, n. 1.220, Jardim Petrópolis, CEP 04636-001.

Convocação e Presença: Dispensada em razão da presença do titular da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

Mesa: Presidente: Sr. Antônio Ricardo Sacramento Madureira. Secretário: Sr. Alexandre Shozu Nakamaru.

Ordem do dia: deliberar sobre: (i) a alteração da denominação da Companhia; (ii) a alteração da composição da Diretoria da Companhia; (iii) a aceitação da renúncia de atuais membros da Diretoria da Companhia; (iv) a eleição de novo membro para o cargo de Diretor Adjunto da Companhia; e (v) a alteração dos Artigos 1º e 17º do Estatuto Social da Companhia em vista dos itens (i) e (ii) supra.

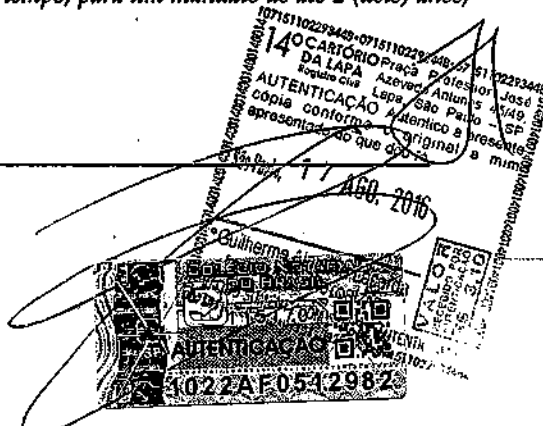
Deliberações: Os Acionistas deliberam, por unanimidade:

- (i) alterar a denominação da Companhia, a qual passa a ser "Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A." Diante de tal deliberação, o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 1º. A Companhia tem a denominação de Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. e rege-se-á pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis."

- (ii) aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração na composição da Diretoria da Companhia, que passará a ser composta por até 4 (quatro) membros, residentes no país, acionistas ou não, dos quais um será o Diretor-Presidente, um será o Diretor Adjunto e os demais diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, para um mandato de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Diante de tal deliberação, o Artigo 17º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 17º. A Diretoria será composta por até 4 (quatro) membros, residentes no país, acionistas ou não, dos quais um será o Diretor-Presidente, um será o Diretor Adjunto e os demais diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, para um mandato de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição."

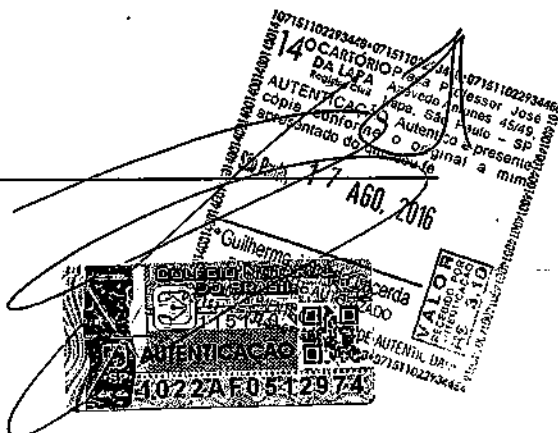


DUCE SP
13 05 16

Parágrafo 1º Em caso de vacância definitiva de um cargo de Diretor, a Assembleia Geral será convocada, no prazo de 10 (dez) dias seguintes, para preencher o cargo vago."

- (iii) aceitar a renúncia ao cargo de Diretor da Companhia apresentada pelo Sr. **DIONÍSIO NUNES FREIRE JÚNIOR**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n. 26.625.778-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n. 287.770.498-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Benta Pereira, n. 310, torre Cielo, CO, Jardim São Bento, 02451-000, conforme Carta de Renúncia assinada em 18 de dezembro de 2015 e devidamente lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia;
- (iv) aceitar a renúncia ao cargo de Diretor Adjunto da Companhia apresentada pelo Sr. **ANDRÉ RICARDO TOLEDO SARETTA**, brasileiro, engenheiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.694.663-4 e inscrito no CPF/MF sob nº 304.995.158-38, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Professor Vicente Rao, n. 1.220, Jardim Petrópolis, CEP 04636-001, conforme Carta de Renúncia devidamente lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia; e
- (v) aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a eleição do Sr. **ALEXANDRE SHOZO NAKAMARU**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n. 19.983.707-7, SSP/SP e do CPF n. 263.789.338-98, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dardanelos, n. 481, apartamento 163, Alto da Lapa, CEP 05468-010, para ocupar o cargo de Diretor Adjunto da Companhia. O Diretor ora eleito aceita o respectivo cargo e declara, sob as penas da Lei, para fins do disposto nos parágrafos 1º a 4º do art. 147 da Lei nº. 6.404/76, e, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, que: (a) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (b) possui reputação ilibada; e (c) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Assim sendo, o membro da Diretoria ora eleito, após o cumprimento das formalidades legais, foi investido imediatamente em seu cargo, mediante a assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, nos termos do Artigo 149 da Lei das S.A.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra à Acionista e, na ausência de manifestação, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que depois de achada livre e conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Sr. Antonio Ricardo Sacramento Madureira. Secretário: Sr. Alexandre Shozu Nakamaru. Acionista: Vogel Participações S.A., por seus diretores Antonio Ricardo Sacramento Madureira e Alexandre Shozu Nakamaru.





JUCESP
13 05 16

São Paulo, 31 de março de 2016

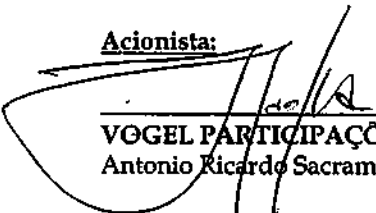
A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Mesa:


ANTONIO RICARDO SACRAMENTO
MADUREIRA
Presidente


ALEXANDRE SHOZO NAKAMARU
Secretário

Acionista:


VOGEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Antonio Ricardo Sacramento Madureira


VOGEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Alexandre Shozo Nakamaru

Diretor Eleito:


ALEXANDRE SHOZO NAKAMARU

[PÁGINA DE ASSINATURAS DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AVVIO SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A. DATADA DE 31 DE MARÇO DE 2016].

